

O Senhor deu a Palavra: Um estudo na história do texto bíblico

por Malcolm Watts

Conteúdo:

Antigo Testamento

- A primeira língua**
- Anotações escritas**
- Revelação**
- Doutrina dupla**
- Por escrito**
- Os originais**
- O Templo**
- O significado da arca**
- Um único livro**
- Cópias**
- O trabalho dos escribas**
- A perda dos originais**
- A grande sinagoga**
- Os famosos massoretas**
- O texto massorético**
- Resumo do Antigo Testamento**

O Novo Testamento

- A verdade cristã escrita**
- Os originais divinos**
- Cópias exatas**
- Variações Textuais**
- Reproduzindo o autêntico texto do Novo Testamento**
- Os manuscritos gregos remanescentes**
- Classificação**
- Críticos atacam o texto Bizantino**

A versão Almeida Corrigida Fiel

A Bíblia é a eterna Palavra de Deus. Foi dada ao homem por Deus para ser o absoluto, o supremo, o competente, o infalível e imutável padrão de fé e prática. Neste artigo, vamos delinear a história da Bíblia, desde sua origem na divina auto-revelação, sua incorporação na forma escrita através da inspiração sobrenatural, até sua transmissão exata na época atual através da preservação miraculosa. Cremos firmemente que, embora as tempestades de desaprovação continuem a levantar-se contra a Palavra de Deus, a confiança do crente humilde nela é justificável e confirmada. Este volume sagrado é – e sempre será – o Livro de Deus.

O Antigo Testamento

A maior parte do Antigo Testamento foi escrita em hebraico, algumas vezes chamada “a língua de Canaã” (Isaías 19.18) ou “a língua dos judeus” (Isaías 36.11). Ela, provavelmente, desenvolveu-se a partir do antigo hebraico falado por Abraão, em Ur dos caldeus (Gênesis 14.13) e vários estudiosos crêem que esse hebraico era anterior a Abraão e que era a “mesma

língua” e “a mesma fala” dos tempos pré-Babel (Gênesis 11.1). Em outras palavras, crêem que essa era a língua original do homem.

A primeira língua

As evidências para o sustento desse ponto de vista são bastante fortes. *Primeiramente*, em hebraico, os nomes dos animais expressam sua natureza e características com bastante acuidade – tanto ou mais, na verdade, que qualquer outra língua arcaica. Isso poderia relacionar-se ao fato de que Adão, logo após a criação, deu nome aos animais observando suas peculiaridades e as características de cada espécie (Gênesis 2.19-20). *Em segundo lugar*, os nomes próprios, como Adão, Eva e Caim têm significados importantes em hebraico, alguns dos quais, na verdade, são-lhes determinados nas Escrituras do Antigo Testamento (Gênesis 2.23; 3.20; 4.1). *Terceiro*, os nomes de várias nações da Antigüidade parecem ser de origem hebraica, derivando-se dos filhos e netos de Sem, Cão e Jafé: como, por exemplo, os assírios, derivados de Assur; os elamitas, de Elão; os arameus, de Aram.

Pode-se argumentar, portanto, que alguma forma de hebraico tenha sido a primeira linguagem falada e ouvida neste mundo; porém, para se afirmar isso temos como indiscutível o fato de que praticamente o Antigo Testamento inteiro foi escrito em hebraico. As únicas exceções estão em aramaico (uma língua cognata, muito próxima do hebraico) que, na verdade, substituiu o hebraico no tempo do cativo. Essas exceções são duas partes do livro de Esdras (4.8-6.18; 7.12-26), pelo fato de ser o aramaico a língua oficial do Império Persa; um versículo em Jeremias (10.11), onde a citação de um provérbio aramaico; e uma parte relativamente grande do livro de Daniel (2.4 a 7.28), onde o aramaico é usado, provavelmente, por ser uma seção inteira que trata das nações do mundo.

Anotações escritas

Agora, onde foram registradas as antigas Escrituras? Originalmente, o Antigo Testamento parece ter sido escrito em papiros. Esse tipo de material era feito a partir de juncos que cresciam nas margens do Rio Nilo. Os juncos eram cortados em tiras e dispostos, camada sobre camada, em esquadro. Então, eram achatados, prensados e polidos para formar um tipo primitivo de papel. Sabemos que o papiro foi usado no Egito há muito tempo, certamente nos tempos de Moisés e, portanto, é muito provável que os primeiros documentos do Antigo Testamento tenham sido escritos nesse tipo de material. Se não o foram, poderiam ter sido escritos em peles de animais, que eram usadas desde aproximadamente 2.000 a.C.. As peles eram preferidas porque duravam mais e não eram tão frágeis, conseqüentemente, preservaram o texto mais perfeitamente.

Revelação

Sabemos que Deus é o maior dos seres. A Bíblia diz: “*Porventura* alcançarás os caminhos de Deus *ou* chegarás à perfeição do Todo-Poderoso?” (Jó 11.7). E a resposta é, naturalmente, não. Não podemos, com toda a nossa destreza conhecer o Deus infinito. Ele está muito, muito além de nossa compreensão humana. Isso significa, então, que não há esperança de nós O conhecermos? Felizmente, não. Embora não possamos – ainda que com intensa investigação – conhecer Deus, Ele é *capaz* de fazer-Se conhecido para nós. Como fonte de toda a verdade, Ele pode nos ensinar sobre Seu próprio Ser maravilhoso; por isso o salmista diz: “na tua luz veremos a luz” (Salmo 36.9). Isso nos leva, muito naturalmente, à doutrina da revelação.

Uma definição concisa, mas exata, da revelação vem da caneta do Dr. James Bannerman. Ele escreveu: “A revelação, como ato divino, é a apresentação da verdade objetiva ao homem de maneira sobrenatural por Deus. A revelação, como resultado de tal ato, é a verdade objetiva então apresentada”¹

Agora, há dois tipos de revelação. Primeiro, há a *revelação geral*. Parte dela é-nos externa, vem do mundo que nos cerca. Nas obras da criação e da providência, Deus mostra-nos parte de Suas divindade e perfeição: “Porque as suas coisas invisíveis, desde a criação do mundo, tanto o seu eterno poder como a sua divindade, se entendem, e claramente se vêem pelas coisas que estão criadas...” (Romanos 1.20; comparar com Salmo 19.1; Atos 14.27). Ao olharmos as várias partes deste universo visível, somos compelidos a pensar, com temor reverente, sobre o divino Arquiteto e Construtor. Além disso, parte da revelação geral vem de

dentro de nós. Feitos à imagem de Deus, temos uma percepção natural de Deus, imortalidade e a diferença entre certo e errado. Somos, como diz Paulo, uma lei para nós mesmos porque “a obra da lei” está escrita em nossos “corações”, “testificando juntamente a sua consciência” (Romanos 2.14-15).

Tal revelação é chamada de geral não somente porque acontece de modo geral pelo mundo, mas também porque lida somente com coisas gerais. Não fala sobre nada específico, tal como reconciliação com Deus, perdão de pecados ou o caminho para o céu.

Entretanto, em Sua maravilhosa graça, Deus Se agrada de nos conceder uma *revelação especial*. Esta também é externa e interna. A revelação especial externa vem através das “teofanias” por meio das quais Deus verdadeiramente apareceu para os homens e também pelas de “vozes”, quando Deus falou com eles: “E apareceu o Senhor a Abraão, e disse: À tua descendência darei esta terra...” (Gênesis 12.7; comparar com 3.8-19). A revelação especial interna veio por intermédio de visões, sonhos e pesos de homens escolhidos. Como Deus mesmo disse: “...se entre vós houver profeta, *eu*, o Senhor, em visão a ele me farei conhecer, *ou* em sonhos falarei com ele” (Números 12.6). “Pesos” foram graves mensagens colocadas sobre a mente e o coração. Por isso, lemos: “Peso da palavra do Senhor contra Israel, por intermédio de Malaquias” (Malaquias 1.1). A revelação especial vai de encontro às mais profundas necessidades do coração dos homens. Ela responde à questão que é tão antiga quanto a alama do homem – “como se justificaria o homem para com Deus?” (Jó 9.2). Através das revelações geral e especial (que alcançaram seu climax, naturalmente, na Encarnação), Deus nos tem dado graciosamente Sua divina auto-revelação e nos feito conhecer o caminho de Sua salvação.

Doutrina dupla

Há uma doutrina dupla que precisamos, agora, considerar: inspiração, que o Professor Louis Gaussen definiu assim, certa vez: “aquele poder inexplicável que o Espírito Divino estendeu dos tempos antigos sobre os escritores da santa Escritura, de maneira a guiá-los até mesmo nas palavras que usaram, e preservá-las de todo o erro ou omissão”.²

A inspiração, portanto, é o *processo* pelo qual Deus manifesta uma influência sobrenatural sobre certos homens, capacitando-os para registrar acurada e infalivelmente o que quer que tenha sido revelado. “Homens santos de Deus”, lemos, “falaram *inspirados* pelo Espírito Santo” (II Pedro 1.21). O *resultado* desse processo é a Palavra de Deus escrita, a “escritura da verdade” (Daniel 10.21). A afirmação clássica do apóstolo vem imediatamente à tona: “Toda e Escritura é divinamente inspirada” por Deus (II Timóteo 3.16).

Escritura inspirada é o livro de Deus da revelação. Como resultado da revelação e da inspiração somos capazes de segurar a Bíblia em nossas mãos e saber que temos posse da Palavra de Deus escrita.

Por escrito

A primeira ordem registrada de que se escrevesse é encontrada em Êxodo 17.14, onde logo depois da guerra com os amalequitas, o Senhor disse a Moisés: “Escreve isto *para* memória num livro...”. Outra vez, em Êxodo 24.4, lemos: “Moisés escreveu todas as palavras do Senhor”. E, uma vez mais, em Êxodo 34.27, o Senhor lhe disse: “Escreve estas palavras...”. E podemos continuar... Há muitas outras passagens mostrando que Moisés escreveu mais, muito mais que o Pentateuco inteiro, i.e., os primeiros cinco livros da Bíblia (p.ex.: Deuteronômio 31.9, 24-26; Números 33.1-2).

Os originais

Uma vez escritos, os originais inspirados, ou “manuscritos” (como são chamados), foram cuidadosamente preservados. O rolo de Moisés, por exemplo, foi confiado aos sacerdotes, que o colocaram junto da arca sagrada. Lemos em Deuteronômio 31.25 e 26 que Moisés “deu ordem aos levitas, que levavam a arca da aliança do Senhor, dizendo: Tomai este livro da lei [o livro que ele havia escrito], e ponde-o ao lado da arca da aliança do Senhor vosso Deus, para que ali esteja por testemunha contra ti” (comparar com Josué 1.8; I Reis 2.3; Neemias 8.1).

Depois de Moisés veio Josué, o autor do livro que leva seu nome; e até o fim de sua vida, de acordo com Josué 24.26, ele fez exatamente o que Moisés já havia feito. Tendo feito acréscimos ao rolo de Moisés, ele o recolocou no santuário. “E Josué escreveu estas palavras no livro da lei de Deus; e tomou uma grande pedra, e a erigiu ali debaixo do carvalho que estava junto ao santuário do Senhor”.

Não muito depois, houve outro acréscimo, desta vez por Samuel, que “declarou ao povo o direito do reino, e escreveu-o num livro, e pô-lo perante o Senhor” (i.e., na presença de Deus, no aposento mais santo e ao lado da arca da aliança; I Samuel 10.25).

O templo

Quando o tabernáculo se transformou em templo, parece que esses originais preciosos foram transferidos para o prédio mais permanente. Há uma referência a eles em II Reis 22.8, onde há um registro sobre Hilquias, o sumo-sacerdote: “Achei o livro da lei na casa do Senhor”. Alguns estudiosos sugeriram que esse “livro da lei” era a cópia original de Moisés, escondida pelos sacerdotes durante os reinados iníquos de Manassés e Amom e que somente nessa época foram descobertos e trazidos à atenção do rei.³ Em II Crônicas 34.14, é chamado de “o livro da lei do Senhor, *dada* pela mão de Moisés”. Uma tradução mais literal poderia ser “o livro da lei do Senhor *pela* mão de Moisés”.

O significado da arca

O Dr. W. H. Green salienta que a guarda desses documentos num lugar santo estava “de acordo com o costume das principais nações da Antigüidade”. Ele remete ao fato de que “os romanos, gregos, fenícios, babilônios e egípcios tinham seus escritos sagrados, os quais eram cuidadosamente preservados em seus templos, e confiados aos cuidados de oficiais especialmente designados para esse propósito”.⁴

Havia, entretanto, razões mais importantes pelas quais os rolos deveriam permanecer nesse lugar: a arca era conservada como relíquia no santuário divino; os escritos colocados a seu lado eram, dessa maneira, *associados peculiarmente com Deus*. Ele é, sem sombra de dúvida, o autor das Escrituras. O que Ele disse e o que as Escrituras dizem são a mesma coisa (Romanos 9.17; Gálatas 3.2). Aqui, portanto, está a Palavra escrita de Deus, como um todo, esses livros inspirados podem ser chamados de “os oráculos de Deus” (Romanos 3.2; comparar com Atos 7.38).

Israelitas piedosos entenderam a arca como o trono de Deus (Êxodo 25.22; Salmo 80.1). O fato de que esses escritos estivessem colocados ao lado da arca sugeria que eles eram *divinamente autorizados*. A Escritura possui tremenda autoridade. Isso requer dos homens fé inviolante em seus ensinamentos e obediência inabalável a seus preceitos. Toda alma humana deve prostrar-se diante dela: “Porque ele estabeleceu um testemunho em Jacó, e pôs uma lei em Israel, a qual deu aos nossos pais para que a fizessem conhecer a seus filhos” (Salmo 78.5).

Além disso, uma vez que as Escrituras foram colocadas ao lado da arca, no coração do tabernáculo ou do templo, eles foram separados de todos os livros comuns. Eles foram manifestadamente declarados *santos*. Certamente a Palavra escrita de Deus é pura e sublime. Ela é verdadeira, sem nenhuma mistura de erro: “As palavras do Senhor são palavras puras, como prata refinada em fornalha de barro, purificada sete vezes” (Salmo 12.6). Os escritos inspirados devem sempre ser honrados como as “sagradas escrituras” (II Timóteo 3.15).

A arca, naturalmente, tinha seu propiciatório sobre o qual o sangue sacrificial era aspergido (Êxodo 25.21); e os livros eram colocados por perto, indicando, talvez, que eles explicavam a doutrina da expiação e demonstrando *o único caminho para aproximar-se de Deus*. “... assim está escrito, e assim convinha que o Cristo padecesse, e ao terceiro dia ressuscitasse dentre os mortos, e em seu nome se pregasse o arrependimento e a remissão dos pecados...” (Lucas 24.46-47).

Um último pensamento: os rolos deveriam estar sob as asas do querubim (Êxodo 25.18-20), uma indicação de sua essência divinamente *salvaguardada e preservada*. Embora geralmente negada hoje em dia, a doutrina da preservação da Escritura deve ser crida e amplamente declarada. “O Antigo Testamento em hebraico... e o Novo Testamento em grego... ambos imediatamente inspirados por Deus e por Seus singulares cuidado e providência em mantê-los puros em todas as eras são, portanto, autênticos” (Confissão de Fé de Westminster, Capítulo 1; Seção 8). Nosso próprio Senhor disse: “... até que o céu e a terra passem, nem um jota ou um til se omitirá da lei, sem que tudo seja cumprido” (Mateus 5.18; comparar com Salmo 119.152; Isaías 40.8).

Um único livro

Deus continuou a inspirar homens até que houvesse uma maravilhosa coleção de livros (I Crônicas 29.29; II Crônicas 9.29, 12.15; Isaías 30.8; Jeremias 36.1, 2). Os mais antigos dos escritos de Moisés datam de, aproximadamente 1450 a.C, enquanto os escritos de Malaquias

devem ter sido terminados por volta de 450 a.C. Portanto, por cerca de 1.000 anos Deus graciosamente comunicou-se com os homens e, pela influência sobrenatural de Seu Espírito, fez com seus comunicados fossem escritos, sem nenhum erro, tanto nos fatos como na doutrina. Esses escritos foram maravilhosamente preservados. Somente nos resta observar aqui que, desde o princípio, essa coleção foi tomada essencialmente como um único livro, chamado "o livro do Senhor" (Isaías 34.16).

Cópias

A primeira menção feita a uma cópia refere-se aos Dez Mandamentos, escritos originalmente nas tábuas de pedra, pelo próprio dedo de Deus. Aquelas primeiras tábuas foram quebradas, então o Senhor ordenou a Moisés que cortasse novas tábuas e o Senhor escreveu nelas as mesmas palavras. Foi quando Deus estabeleceu o preceito para a cópia: "conforme a primeira escritura" (Deuteronômio 10.4). E temos bases sólidas para crer que este preceito foi rigorosamente seguido. Quando a mensagem escrita de Jeremias foi destruída pelo Rei Jeoiaquim, Deus ordenou ao profeta que fizesse uma outra cópia mas, ao fazê-lo, estipulou que fosse uma cópia exata: "Toma ainda outro rolo, e escreve nele todas aquelas palavras que estavam no primeiro rolo" (Jeremias 36.28). Portanto, Baruque (escriba de Jeremias) reescreveu, de acordo com o ditado do profeta, todas as palavras que haviam sido escritas no primeiro rolo (36.32 – o segundo rolo foi, assim, uma cópia exata do primeiro, embora nessa ocasião Baruque tenha acrescentado algum material do ministério inspirado de Jeremias). Dessa maneira, foram feitas cópias não somente dos Dez Mandamentos, mas também de outras partes das Escrituras. Uma cópia do livro de Deuteronômio, ou talvez até mesmo do Pentateuco inteiro, devia estar nas mãos de todo rei de Israel: "...então escreverá para si num livro, um traslado desta lei, *do original que está* diante dos sacerdotes levitas. E o terá consigo, e nele lerá todos os dias da sua vida..." (Deuteronômio 17.18-19; comparar com II Crônicas 23.11). Os originais, naturalmente, eram de responsabilidade dos "sacerdotes levitas", e quando se diz "escreverá para si um livro", provavelmente não significa que o próprio rei deveria fazê-lo, mas que deveria designar alguém que o fizesse (comparar com I Samuel 1.3; 13.9; I Reis 8.62; João 19.19, onde é ordenado a certos homens que o façam, mas, no caso, certamente foi feito por outros).

A fim de atuarem apropriadamente, os juízes provavelmente precisaram buscar as várias leis de Moisés (II Crônicas 19.10), bem como os sacerdotes, especialmente aqueles de quem se dizia "E ensinaram em Judá, *levando consigo* o livro da lei do Senhor" (v. 9). Não estamos supondo que somente os oficiais possuíam cópias das Escrituras. Há evidência que sugere que os crentes em geral tinham acesso aos livros bíblicos (Salmo 1.4; Salmo 119).

O trabalho dos escribas

Os originais, como já observamos, são chamados "autógrafos". As cópias são conhecidas como "apógrafas". Está claro que tomou-se grande cuidado na cópia das Escrituras. Primeiramente eram os sacerdotes os responsáveis por elas (Deuteronômio 17.18); mais tarde, os escribas (do hebraico, *sopherim*, de *saphar*, escrever) assumiram esse papel, como indica a linguagem de Jeremias, o profeta: "Como, pois, dizeis... a lei do Senhor está conosco? Eis que em vão tem trabalhado a falsa pena dos escribas" (Jeremias 8.8). Aqueles originariamente designados como escribas tinham muitas e variadas responsabilidades. Entretanto, com o passar do tempo, a tendência foi de concentrarem-se no trabalho de transcrição, assim, conseqüentemente, um homem como Esdras foi chamado de "o escriba das palavras dos mandamentos do Senhor, e dos seus estatutos sobre Israel" (Esdras 7.11).

É compreensível que a demanda por cópias das Escrituras tenha se tornado muito grande. Os escribas, por conseguinte, organizaram-se em "famílias" ou "corporações", combinando seus esforços de maneira a assegurar os melhores resultados possíveis (I Crônicas 2.55). Sua habilidade nesse campo, juntamente com sua profunda reverência pela Escritura sagrada significavam a produção de cópias realmente excelentes. Na verdade, somente os rolos procedentes dessa classe de escribas eram de confiança.

É digno de observar-se que, pelo propósito e pela providência de Deus, os judeus tomaram mais cuidado com seus escritos sagrados do que qualquer outro povo do mundo antigo.

Alcançou-se tal precisão que as cópias dos escribas puderam ser descritas como a verdadeira Palavra de Deus e, portanto, com autoridade divina. Em I Reis 2.3, Davi ordena a Salomão, seu filho: "E guarda a ordenança do Senhor teu Deus, para andares nos seus

caminhos, e para guardares os seus estatutos, e os seus mandamentos, e os seus juízos, e os seus testemunhos, como está escrito na lei de Moisés”. Dessa maneira, o rei Salomão não somente devia em mãos uma cópia, como mencionado em Deuteronômio 17.18-19, mas, também, devia observar se essa cópia havia sido “escrita na lei de Moisés”. Tal cuidado esmerado com relação à cópia garantia que o manuscrito resultante mantinha a autoridade do original. Era a Palavra de Deus e podia ser tomado como tal.

A perda dos originais

Jerusalém caiu sob os babilônios em 586 a.C. A cidade foi terrivelmente danificada e o grande templo, construído por Salomão, completamente destruído (II Crônicas 36.17-19). Embora não mencionado na história, é quase certo que os escritos originais tenham perecido juntamente com a cidade. Entretanto, nem tudo estava perdido. Muitas cópias haviam sido feitas no correr do tempo e algumas delas foram levadas ao cativeiro, razão porque encontramos Daniel mencionando o que deveria ser uma cópia da Lei de Moisés e, também, fazendo alusão à profecia de Jeremias, cuja cópia ele provavelmente tinha em mãos (9.2).

Em 537 a.C., os judeus começaram a voltar do cativeiro e sabemos que Esdras reestabeleceu o culto em Jerusalém “conforme ao que está escrito no livro de Moisés” (Esdras 6.18). Isso sugere que eles ainda tinham cópias das Escrituras e que podiam consultá-las ao organizarem o culto no segundo templo. De acordo com Neemias 8.1, o povo realmente pediu que Esdras que trouxesse “o livro da lei de Moisés, que o Senhor tinha ordenado a Israel”. Não era o original – mas somente uma cópia – que aqui é expressivamente descrito como “a lei de Moisés”. Concluimos, a partir de tais Escrituras, que Deus, de maneira maravilhosa, preservou Sua Palavra.

A grande sinagoga

A história do Antigo Testamento termina um tanto abruptamente com a volta do cativeiro porém, de acordo com os últimos livros, parece que Esdras assumiu a presidência de um corpo de homens sábios e instruídos (Neemias 8.4, 7, 13; comparar com Esdras 7.6, 11, 22). A tradição judaica nos informa que, depois da volta dos judeus, Esdras criou a Grande Sinagoga com o objetivo de reorganizar a vida religiosa da nação. Este conselho – que é o que era na realidade – consistia de 120 membros e chegou a incluir os profetas Ageu, Zacarias e Malaquias. Os “Homens da Grande Sinagoga” reuniram juntos todas as cópias da Santa Escritura que puderam encontrar e submeteram-nas a detalhados exames e comparações. Muitos dos erros menores, cometidos inadvertidamente, foram, assim, corrigidos. Tais erros consistiam de omissões de uma letra, uma palavra, ou mesmo uma linha. Não é surpresa que tais erros tenham se insinuado em alguns dos manuscritos se lembrarmos que há, ao menos, oito pares de letras hebraicas que são muito semelhantes, ao ponto de serem quase idênticas. Mesmo os escribas mais conceituados não estavam livres de cometerem pequenos erros. Eventualmente, entretanto, as cópias foram submetidas a correções e se alguma, particularmente, fosse encontrada defeituosa, era enterrado em um “genizah”, um lugar sagrado perto da sinagoga judaica. Como resultado do trabalho da Grande Sinagoga, parece que o Segundo Tempo foi provido de um texto muito semelhante ao posterior, o autêntico texto hebraico.⁵

No tempo em que o Senhor apareceu em cena, muitas cópias confiáveis estavam à disposição. O Senhor Jesus constantemente apelava para as Sagradas Escrituras. Leu diretamente delas nas sinagogas (Lucas 4.16); citou-as em Seu ministério público (Mateus 19.3-5; 21.16, 42); e exortou Seus ouvintes a lê-las por si próprios (João 5.39). Não há dúvida de que Ele considerava as cópias existentes com a verdadeira Palavra de Deus. Embora tenha corrigido as interpretações e os comentários dos fariseus, *em nenhuma das vezes Ele levantou dúvidas sobre a integridade do texto hebraico*. Ele podia dizer: “Está escrito” (Mateus 4.4, 7, 10) e, novamente, “a Escritura não pode ser anulada” (João 10.35). O mesmo se aplica, naturalmente, aos apóstolos (Atos 1.16; 4.25; 28.25; Hebreus 1.1, 6, 7 etc.).

Poder-se-ia argumentar que isso comprova muito, à medida que a Septuaginta (LXX: a tradução grega do Antigo Testamento, feita por judeus alexandrinos, cerca de 250 a.C) é também constantemente citada no Novo Testamento sem que nenhuma dúvida tenha sido levantada contra ela. Seguindo a mesma premissa, portanto, isso não poderia indicar o endossamento da Septuaginta como um texto exato e inspirado? Não, há uma grande falha nessa argumentação. O fato é que muitos dos lugares do Novo Testamento onde aparece a versão da Septuaginta foram deliberadamente rejeitados (p.ex., Mateus 2.15, onde na Septuaginta lê-se “de fora do Egito chamei seus filhos”; Romanos 10.15, onde na LXX lê-se

“Estou presente como uma época de beleza sobre as montanhas, como os pés daquele que prega alegres correntes de paz, como aquele que prega as boas novas”. Ver, também, Romanos 11.4; I Pedro 4.8).

Quando algumas citações do Novo Testamento demonstram preferência pela tradução da Septuaginta, a variação verificada nesses casos é muito pequena, e nunca com referência ao sentido (p.ex., Mateus 15.8-9 – hebraico: “...o coração deles, eles o colocaram longe de mim, e seu temor de mim transformou-se num preceito de homens, uma coisa ensinada”; Atos 13.34 – hebraico: “Eu lhes darei as fiéis misericórdias de Davi”, porém, o texto grego do Novo Testamento realmente cita a Septuaginta neste trecho, bem como na *margem* da Versão Autorizada, no Inglês: “[Eu lhes darei]... as coisas santas de Davi, as coisas fiéis”).

Além disso, o propósito por trás das citações da Versão Septuaginta é geralmente deixar mais claro o pretendido significado do original (ver Romanos 10.18, onde a tradução “som” é preferível ao hebraico “linha”, uma expressão um tanto obscura, embora como “corda” de um instrumento musical significa claramente a mesma coisa).

“Não encontramos”, comenta o Dr. Roger Nicole, “nenhum exemplo de dedução ou aplicação logicamente inferida a partir da Septuaginta que não possa ser mantida com base no texto hebraico”. Ele conclui: “O uso da LXX nas citações não indica que os escritores do Novo Testamento tenham visto essa versão como inspirada em si mesma... Contudo a disposição deles de fazer uso da LXX, apesar de suas falhas ocasionais, ensina a importante lição de que a mensagem básica de Deus a ser entregue originalmente pode ser transmitida mesmo através de uma tradução, e que se pode corroborar uma versão à medida que ela concorda com o original”.⁶

Voltando ao nosso ponto anterior: o endosso dado por nosso Senhor e Seus apóstolos ao texto hebraico do primeiro século mostra que o texto tem que ser ambos: exato e confiável.

Os famosos massoretas

Como temos visto, Deus levantou escribas, ou *sopherim*, para produzirem um texto notavelmente puro. Coube a outros o trabalho de continuar a obra, tomando as devidas precauções para a preservação do texto. Este grupo era o dos massoretas, um nome derivado da palavra hebraica *massorah*, que significa “tradição”. Eles eram famílias de estudiosos e críticos judeus que, eventualmente, abriram academias, uma em Tiberíades (na costa do Mar da Galiléia) e outra na Babilônia (no leste). Não se sabe exatamente quando os massoretas apareceram pela primeira vez. Alguns crêem que sua linhagem pode ser traçada até o primeiro século d.C. Outros, estabelecem seus primórdios mais tarde, perto de 500 d.C. Qualquer que seja a data correta, a realização dos massoretas é o que realmente importa.

Jerusalém foi destruída no ano 70 da nossa era. Conseqüentemente, os judeus foram espalhados pelos vários países do Império romano. Os massoretas sabiam que esses judeus dispersos e suas sucessivas gerações iriam precisar de cópias das Santas Escrituras, além disso, criam que certas medidas deveriam ser tomadas para assegurar a preservação do texto hebraico puro. Com isso em mente, coligiram informações vitais sobre o texto e estabeleceram regras detalhadas para a cópia exata. Introduziram os pontos de vogal (o hebraico não tem vogais), fixaram acentos (para assegurar a pronúncia correta), explicaram o significado de palavras (onde existia ambigüidade), providenciaram leituras de margem (para eliminar incertezas), e indicaram pausas planejadas (que geralmente alteram o significado). Foram tão meticolosos em seus estudos que até contaram os versículos, as palavras e as letras do Velho Testamento, observando, por exemplo, que Aleph ocorre 42.377 vezes; Beth, 38.218; Gimel, 29.537 e assim por diante.

Os copistas tinham que seguir as severas regras do Talmude, que incluíam o seguinte: somente podiam ser usadas peles de animais limpos; cada pele devia conter o mesmo número de colunas; não podia haver menos que quarenta e oito nem mais que sessenta linhas; a tinta preta devia ser preparada de acordo com uma receita específica; nenhuma palavra ou letra devia ser escrita de memória; se somente uma letra fosse omitida, ou erroneamente inserida, ou mesmo se uma letra tocasse outra, a folha devia ser destruída; três erros numa página significavam que o manuscrito inteiro estava condenado; e a revisão da cópia devia acontecer dentro de 30 dias, de outra maneira, seria rejeitada. Um manuscrito que sobrevivesse a esse processo, dificilmente poderia ser outra coisa que não maravilhosamente exato.

O texto massorético

O objetivo dos massoretas era preservar o Antigo Testamento de qualquer tipo de alteração e, em prol de assegurar tal propósito, eles estabeleceram uma série de observações detalhadas (o *massorah*). Os judeus chamavam seu primeiro trabalho de "O Cercado da Lei". Como resultado de seus esforços, temos hoje em dia um texto padrão e tradicional.

O texto a partir do qual a Versão Almeida foi traduzido chama-se Texto Ben Chayyim (por causa de Jacob ben Chayyim, sob cuja edição o primeiro foi impresso em 1524-5) e é similar ao texto de Ben Asher (que viveu no primeiro século, em Tiberíades, na Palestina, e que, juntamente com membros de sua família, organizou uma cuidadosa edição do Texto Massorético). Este é um texto fidedigno e seguro.

Através da providência especial de Deus, podemos afirmar com confiança que o *Texto Massorético Hebraico* é muito próximo do hebraico original.

O resumo do Antigo Testamento

Resumindo, então, quais foram os meios que Deus usou para assegurar a preservação de Sua Palavra?

O primeiro foi a profunda reverência dos judeus pelas Santas Escrituras. Um judeu literalmente tremia diante da Palavra escrita. De acordo com Philo e Josephus, eles preferiam sofrer algum tormento, ou mesmo morrer, a mudar qualquer coisa nas Escrituras Sagradas. Deus usou essa reverência pelo texto para evitar que ele fosse falsificado e corrompido.

Segundo, havia as ordenanças sagradas das Escrituras, tais como em Deuteronômio 4.2: "Não acrescentareis à palavra que vos mando, nem diminuireis dela". Essas ordenanças, imbuídas de autoridade divina, instilavam genuíno temor no coração dos homens.

Terceiro, os rolos ficam no Santo dos Santos. Não havia lugar mais sagrado na terra, colocando-os além do alcance de mãos perturbadoras.

Quarto, o total profissionalismo dos escribas e massoretas asseguraram e preservaram um texto puro. Eles eram grandes estudiosos, experimentados na lei divina e reverenciados como intérpretes das Sagradas Escrituras.

Quinto, havia a supervisão dos profetas. Durante o período do Antigo Testamento, os profetas exerceram um ministério singular e eram bem capazes de supervisionar o trabalho de cópia. Qualquer erro na transcrição seria rapidamente percebido por eles.

Sexto, os judeus repetiam constantemente suas Escrituras, como Deuteronômio 6.7 mostra claramente: "E as ensinarás a teus filhos e delas falarás assentado em tua casa, e andando pelo caminho, e deitando-te e levantando-te". Essas repetições criavam tal familiaridade com o texto que mesmo que uma palavra fosse alterada, ela seria imediatamente notada e, sem dúvida, seriam feitos protestos veementes.

Sétimo, Cristo e Seus apóstolos confirmaram as Escrituras como eles a receberam em seu tempo. O texto padrão usado por eles é o mesmo que usamos hoje. A resoluta citação deles como Palavra de Deus é um selo incontestável de autenticidade e confiança.

Essas e outras considerações levam-nos a crer que Deus tem preservado o texto do Antigo Testamento de maneira maravilhosa. Quando o Antigo Testamento é lido, de acordo com o texto massorético, podemos crer que estamos lendo e ouvindo a Palavra de Deus. É interessante como se podem, não nós, aceitar *traduções peculiares* dos Rolos do Mar Morto, da versão latina, ou de qualquer outra fonte.

Deus *preservou* Sua Palavra. Isto não deve ser entendido como se, através da história, Deus tivesse realizado repetidos milagres, nem que Ele tenha "inspirado" vários rabinos e escribas que trabalharam no texto. Reconhecemos que os autógrafos perderam-se há muito tempo e que alguns erros podem ter ocorrido nas cópias de que agora dispomos. Conseqüentemente, a crítica textual é necessária. A doutrina da "preservação divina" requer definição cuidadosa. O que exatamente queremos dizer com ela? Aqui, citarei as palavras do Professor John H. Skilton: "Deus, que nos deu as Escrituras, que opera todas as coisas segundo a Sua vontade, tem tido um cuidado notável com Sua Palavra, preservando-a em todas as épocas num estado de fundamental pureza, e a tem capacitado a atingir o propósito para o qual foi dada."⁷

O texto hebraico, então, foi originalmente dado por Moisés e pelos profetas; foi fielmente copiado pelos escribas, padronizado por Esdras juntamente com os Homens da Grande Sinagoga, endossado por nosso Senhor e por Seus apóstolos, e editado com cuidado meticuloso pelos massoretas. A ortodoxia requer que corajosamente afirmemos nossa fé no Antigo Testamento como traduzido do texto massorético hebraico.

O Novo Testamento

O Senhor Jesus imputou autoridade às Escrituras do Antigo Testamento (Mateus 5.18; 15.3; Marcos 12.36; João 10.35). ele também prometeu que, após Sua volta ao céu, Ele enviaria o Espírito de Deus para comunicar outras verdades a Seus servos escolhidos, capacitando-os a guardá-las. Isto muniria a Igreja Cristã de um guia infalível. “Mas aquele Consolador”, disse Ele, “o Espírito Santo, que o Pai enviará em meu nome, esse vos ensinará todas as coisas, e vos fará lembrar de tudo quanto vos tenho dito” (João 14.26; comparar com 16.12, 13).

No princípio, havia somente o ensino oral. Porém, logo ficou claro que a verdade cristã precisava ser escrita. Primeiro, porque os apóstolos (as testemunhas de nosso Senhor nos dias de Sua encarnação) começaram a viajar para terras distantes e logo morreram (II Timóteo 4.6; II Pedro 1.14); depois, o número sempre crescente de novos convertidos e novas igrejas exigia instrução regular, detalhada e abrangente (Lucas 1.3, 4; Atos 1.1); mais ainda, escritos espúrios e heréticos, igualmente em circulação, estavam causando sérias confusões doutrinárias (II Tessalonicenses 2.1, 2; 3.17).

O Espírito Santo, antecipando tudo isso, exerceu Sua influência sobrenatural sobre certos homens escolhidos, fazendo-os escrever o que era infalível e exato. Deste modo, no final de seu Evangelho, João descreve-se a si mesmo como “este é o discípulo que testifica destas coisas, e as escreveu”; e acrescenta “e sabemos que seu testemunho é verdadeiro” (João 21.24, 25; comparar com I Coríntios 14.37; Gálatas 1.20; Filipenses 3.1; I João 1.4 etc.).

A verdade cristã escrita

Assim começaram as Escrituras do Novo Testamento. Primeiramente, foram escritas em grego, que era a língua comum do Império Romano na época em que o cristianismo começou. Os escritos eram feitos em material especialmente preparado: “papiros” (um material semelhante ao papel, feito a partir do cerne da planta papiro) e, mais tarde, “pergaminhos” (pele animal, chamada de “velino”, quando de qualidade particularmente fina). Na forma, os documentos eram feitos em rolos (quando papiros) ou livros (quando pergaminhos ou velinos). Um nome técnico para os últimos é *codices* (a forma singular é *codex*). Como canetas, utilizavam bambus afiados (feitos de tiras ou hastes) ou penas de pássaros e, a tinta, certamente era preta, a base de carbono (preparada com fuligem misturada com cola). Mais tarde, cerca do século V, uma tinta metálica vermelha (preparada a partir de galhas) foi utilizada, porém, ao que parece, somente para enfatizar.

Há, naturalmente, referências no Novo Testamento aos “escritos”, ao “papel (papiro) e tinta” e, também, aos “livros” e “pergaminhos” (i.e., pergaminhos de peles preparadas). Ver: II Timóteo 4.13; II Coríntios 3.3; II João 12; e III João 13. Uma questão interessante se levanta agora: O que aconteceu a esses originais?

Os originais divinos

Imediatamente reconhecidos pelos primeiros cristãos como autoridade divina (I Coríntios 14.37), esses textos foram lidos primeiro por aqueles a quem foram enviados, indivíduos ou igrejas, e, então, circularam de forma que tantos quanto possível fossem beneficiados pelos ensinamentos dos apóstolos (I Tessalonicenses 5.27; Apocalipse 1.3; Colossenses 4.16; II Pedro 3.15, 16). Infelizmente, esses originais (ou “autógrafos”) não sobreviveram muito tempo, em parte porque eram frágeis e o uso constante fizeram-nos desintegrarem-se; e em parte porque foram expostos tanto aos riscos de acidente como aos da perseguição.

Há, possivelmente, uma referência aos originais num tratado de cerca de 200 d.C. Tertuliano, um dos Pais da Igreja, escreveu uma obra intitulada “*Prescrição contra os heréticos*”^{*} e, no capítulo 36, disse: “Vocês, que deveriam ter grande prazer em um maior conhecimento, ... deveriam examinar as igrejas apostólicas... nas quais seus próprios escritos *autênticos* são lidos... a Acaia está muito perto de vocês, (na qual) vocês encontram Corinto. E, uma vez que não estão longe da Macedônia, têm Filipos; (e, também) têm os tessalonicenses. Desde que possam atravessar a Ásia, chegam a Éfeso. Além do mais, estão bem perto da Itália, têm Roma, de onde vem a nossas mãos a verdadeira autoridade (a dos próprios apóstolos)”⁸

^{*} Conhecida como *De Praescriptione* ou *Prescrição de Tertuliano contra os heréticos* (nota do tradutor).

Embora alguns estudiosos neguem, outros afirmam que a referência aqui é aos originais gregos. Tertuliano, como se diz, está recomendando com insistência a seus leitores que visitem aqueles lugares onde os originais foram guardados e, assim, verem por si próprios os escritos divinos e sagrados do Novo Testamento.⁹

Cópias exatas

Provavelmente os manuscritos dos próprios apóstolos não duraram mais do que até 200 d.C. Mesmo com a ordem de nosso Senhor para que as Escrituras cristãs fossem preservadas. “O céu e a terra passarão”, Ele disse, “mas as minhas palavras não hão de passar” (Mateus 24.35; comparar com 28.20; Marcos 8.38; I Pedro 1.23-25). A preservação delas estava assegurada, naturalmente, por cópias conscienciosas e fiéis.

Mesmo nos tempos apostólicos, as cópias dos livros do Novo Testamento eram propriedade tanto de indivíduos como de igrejas. Pedro, sem dúvida alguma, conhecia a epístola de Paulo aos cristãos que viviam na Ásia Menor (gálatas, efésios ou colossenses) e, na verdade, ele indica claramente que conhecia bem “todas as espístolas [de Paulo]” (II Pedro 3.15-16). Foi dito à igreja em Colossos que a carta de Paulo a esses irmãos não devia ser tomada como propriedade particular, mas que – certamente uma cópia – devia ser “lida também na igreja dos laodicenses”. Também foi dito aos colossenses “e a que veio de Laodicéia,” – novamente, provavelmente uma cópia – “lede-a vós também” (provavelmente Efésios; Colossenses 4.16). Em pouco tempo havia coleções desses livros. As igrejas cristãs precisavam de conjuntos completos desses livros para lê-los no culto público.

Esse fato é confirmado indiretamente pelos escritos dos Pais Apostólicos do segundo século. Em nome da brevidade, só será feita referência a um deles: Policarpo, um discípulo do apóstolo João. Escrevendo aos filipenses, ele cita extensivamente trechos dos evangelhos e das epístolas e, então, expressa sua confiança que os próprios filipenses estão “bem versados nas Escrituras sagradas”.¹⁰ Nesse tempo, certamente haviam sido feitas cópias e há indícios de que elas tinham ampla circulação.

As primeiras cópias devem ter sido feitas pelos próprios apóstolos. Paulo, em sua prisão romana, pediu que lhe trouxessem “livros, principalmente os pergaminhos” (II Timóteo 4.13). J. P. Liley sugere que “os ‘pergaminhos’ podiam ser cópias ou porções das Escrituras ou mesmo de suas próprias cartas às Igrejas”.¹¹ Também se supõe – e com muita probabilidade – que João fez sete cópias de seu “Apocalipse” e mandou uma para cada uma das sete igrejas da Ásia Menor (Apocalipse 1.4-6; 2.1, 8, 18 etc).¹²

Se os próprios apóstolos não eram sempre os responsáveis pela cópia, então é provável que esse trabalho fosse executado por seus secretários. Sabemos com certeza que estes eram contratados às vezes para escrever livros ou cartas (Romanos 16.22; I Pedro 5.12). Por que não poderiam ser secundados para o trabalho de cópia?

“Escribas”, originalmente equivalente a “secretários” (Esdras 4.8; Ester 3.12; Jeremias 8.8), haviam sido prometidos à Igreja Cristã. “Portanto”, disse nosso Senhor, “eis que eu vos envio profetas, sábios e escribas...” (Mateus 23.34; compare com 13.52). Podemos supor que houvesse alguns deles entre os assistentes de Paulo. Na verdade, o apóstolo faz referência a “Zenás, doutor da lei, e Apolo” (Tito 3.13). Os copistas transcreviam esses papéis com escrupuloso cuidado. Como podemos ter certeza disso? *Primeiramente*, esses livros do Novo Testamento estavam investidos da mesma santidade das Escrituras do Antigo Testamento (I Timóteo 5.18, que cita Lucas 10.7, juntamente com Deuteronômio 25.4, como “escritura”; e II Pedro 3.16, que coloca as epístolas de Paulo na mesma categoria das “outras escrituras”). *Em segundo lugar*, quase todos os antigos copistas eram escribas judeus contratados ou convertidos, cuja reverência à Palavra escrita de Deus os obrigava a observar uma exatidão perfeita na transcrição (Jeremias 36.28; compare com Deuteronômio 10.4). *Terceiro*, os escritos, por si próprios, reinvidicando serem a inspirada e autoritária Palavra de Deus, estabeleciam as mais severas proibições contra qualquer tipo de adulteração do texto sagrado (I Coríntios 2.13; II Coríntios 2.17; Apocalipse 22.18, 19). *Quarto*, sabendo que os apóstolos ainda eram vivos e ativos, os antigos copistas teriam todo o cuidado de produzir manuscritos de primeira qualidade. *Quinto*, e último, se primeiramente a incumbência de fazer as cópias era dada aos colaboradores dos apóstolos, que eram conhecidos como “evangelistas” (e, de acordo com Eusébio, era deles a responsabilidade de “dar [aos novos convertidos] o livro dos divinos evangelhos”),¹³ deve-se lembrar que esses homens recebiam os dons miraculosos do Espírito Santo e estavam, portanto, peculiarmente equipados para preservarem o texto inspirado (II Timóteo 1.6, 4.5).

Além disso, há um fator divino que não pode ser esquecido. Em Sua soberana e graciosa providência, Deus evidentemente certificou-Se de que o autêntico texto do Novo Testamento fosse transmitido às futuras gerações.

Variações Textuais

Não obstante tudo isso, apareceram erros em algumas cópias e, enquanto mais cópias eram feitas, começaram a aparecer uma quantidade de versões diferentes. Essas variações são normalmente classificadas como (1) alterações *não-premeditadas*, e (2) alterações *premeditadas*. As do tipo não-premeditado incluem palavras com erros de ortografia, confusão de letras, mudanças na ordem das palavras, o uso de sinônimos ou equivalentes verbais, e a omissão ou repetição de letras, palavras, linhas e mesmo seções. A grande maioria dessas variações deve-se a deslizos desse tipo por parte dos escribas.

Há, entretanto, alterações premeditadas, com o que queremos dizer adulterações deliberadas do texto sagrado, geralmente no interesse de teologias ou doutrinas particulares. Dionísio, um ministro em Corinto, numa carta datada de cerca de 168-170 d.C., lamenta o fato de que suas próprias cartas terem sido alteradas, e acrescenta: "Não é surpreendente, portanto, se alguns deles tenham se disposto a adulterar as Escrituras Dominicais".¹⁴ Um autor desconhecido (que alguns pensam ser Hipólito e outros, Gaio) escreveu, cerca de 230 d.C.: "Eles (os hereges), com audácia, deitam as mãos sobre as Escrituras divinas, dizendo que as estão corrigindo".¹⁵ Quem eram os hereges para ousarem tal coisa?

Alguns são praticamente desconhecidos, como Asclepiades, Teodoto, Hermófilo e Apolonide, outros, todavia, são bem conhecidos como, por exemplo, alguns dos antigos gnósticos (que ensinavam a salvação através do conhecimento secreto): Basilide, Valentino e, naturalmente, Márcion, que aceitava como canon somente suas edições mutiladas do evangelho de Lucas e dez das epístolas paulinas. "Márcion, expresiva e abertamente, usou a faca, não a pena, uma vez que fez tal excisão das Escrituras, a fim de acomodá-las a seu próprio objetivo".¹⁶

Reproduzindo o autêntico texto do Novo Testamento

Os professores ortodoxos foram profundamente conscientes dessas alterações pecaminosas, expondo-as tanto em seus ensinamentos como em seus escritos. Como resultado, manuscritos considerados defeituosos não foram comumente usados para propósitos de cópia. Somente aqueles fielmente preservados dos originais forma os documentos-modelo dos quais foram feitas múltiplas cópias.

Temos, entretanto, qualquer evidência que nos dê certeza de que isso realmente aconteceu? Os antigos líderes cristãos certamente rogaram por capacidade para avaliar os vários manuscritos e decidiram que eram os melhores e mais exatos. Por exemplo, Irineu, em sua grande obra "**Contra as heresias**", refere-se às "cópias mais antigas e aprovadas".¹⁷ Os critérios usados para determinar a fidelidade de um texto deveriam ser como se segue:

- (1) *A identidade do copista.* Se fosse um cristão comum, sua cópia provavelmente conteria um certo número de erros. Se, por outro lado, fosse conhecido como um assistente apostólico ou escriba profissional, um alto grau de exatidão seria esperado.
- (2) *A natureza do manuscrito a partir do qual a cópia era feita.* Nos tempos antigos, isso podia significar o original inspirado, porém, mais tarde, certamente já seria uma cópia. Agora, muitas cópias eram o que chamamos de cópias "pessoais", ou seja, cópias designadas para o uso pessoal e devocional. Algumas, entretanto, eram cópias "oficiais", das quais os ministros cristãos liam e pregavam nos cultos públicos. As últimas geralmente seriam de maior confiança que as primeiras. Da mesma maneira, as cópias feitas a partir das últimas seriam mais confiáveis.
- (3) *O número de cópias que já haviam sido feitas.* Uma cópia do original ou uma das cópias mais antigas do original teriam mais probabilidade de gerar um texto sem defeito que uma cópia com uma longa e complicada linha de descendência. Por esta razão, a cópia mais velha não era sempre reconhecida como a melhor, pois poderia ter sido feita a partir de outra do mesmo período, enquanto que uma cópia posterior poderia tê-lo sido de uma mais antiga, mais próxima do original.

- (4) *O lugar onde a cópia foi encontrada.* As próprias igrejas tornaram-se as guardadoras da pura Palavra de Deus (como era o caso antigamente com as sinagogas locais); se o documento copiado tivesse sido preservado numa igreja, poder-se-ia reconhecê-lo como verdadeiro e apropriadamente copiado.
- (5) *A qualidade geral da cópia.* Algumas cópias eram manifestadamente falsas. Eram mal escritas e cheias de erros do tipo mais evidente. Quem quer que as produzisse era ou ignorante ou descuidado – ou, naturalmente, ambos. Essas cópias não seriam tomadas ou usadas como verdadeiras testemunhas do autêntico texto do Novo Testamento. As cópias cuidadosamente escritas, entretanto, inspirariam confiança e, como resultado, transcritas com grande esmero.
- (6) *A concordância com outras cópias existentes.* Seria um erro assumir que um escriba tivesse somente um texto diante de si. Nos primeiros dois séculos houve uma rápida multiplicação de cópias, portanto era possível, por cópias comparativas, perceber versões errôneas e, ao mesmo tempo, determinar o que os escritores inspirados realmente escreveram. Os primeiros cristãos estavam numa posição melhor que a nossa. Afinal, eles tinham tido acesso aos manuscritos que, depois, se perderam.
- (7) *A estreita proximidade com um centro cristão bem conhecido.* Uma cópia feita a certa distância de onde os apóstolos e seus sucessores imediatos haviam ministrado regularmente teria mais chances de ter sofrido algumas sérias mudanças ou alterações; porém, uma cópia feita na área da igreja primitiva teria mais probabilidade de ser a representante de uma pura tradição textual.

Os professores ortodoxos dos primeiro e segundo séculos podem nem sempre ter tido acesso aos melhores manuscritos, mas parece que sabiam como identificar “as antigas cópias aprovadas”. Foram feitos todos os esforços para utilizar seu texto fundamental, com o resultado de que *a esmagadora maioria dos antigos manuscritos gregos estavam em fundamental concordância. Podemos, portanto, crer que o texto da maioria representada o Original que impressiva exatidão.*

Os manuscritos gregos remanescentes

De acordo com uma lista recente, há um total de 5.488 manuscritos do Novo Testamento inteiro ou de partes dele.¹⁸ Eles são geralmente classificados nas seguintes categorias:

(1) *Papiros.* De acordo com as estatísticas de 1989, há, catalogados, 96 exemplares desse tipo. Quase todos são fragmentos, embora, originalmente, deviam ter a forma de codex ou de livro. Foram encontrados, principalmente, no Egito, onde o clima e a areia ajudaram a preservá-los. Quando se referem a esses fragmentos, os estudiosos usam a letra “P” seguida por um número de série: P1, P2, P2 etc..

O P52 (chamado fragmento Rylands) é reconhecidamente o mais antigo. Mede somente 6,5 cm por 9 cm e contém alguns versículos do Evangelho de João (18.31-33, 37-38). Data. Aproximadamente, de 125 d.C..

Entre os mais importantes papiros encontram-se os P45, P46 e P47. Conhecidos como os papiros bíblicos de Chester Beatty (depois de terem sido adquiridos por Sir Chester Beatty, em 1930-1), contêm porções dos Evangelhos, das Epístolas paulinas e do livro de Apocalipse. Outra coleção importante é a da Biblioteca Bodmer (adquirida por M. Martin Bodmer nos idos de 1956). Essa coleção inclui o P66 (que são páginas e fragmentos de um codex do Evangelho de João, escrito por volta de 200 d.C.) e o P72 (uma cópia do terceiro século – e, portanto, possivelmente a mais antiga que temos – das Epístolas de Pedro e Judas).

(2) *Unciais*. Há 299 unciais conhecidos. Originais do início do quarto século, eram escritos em pergaminho ou em velino, na forma de codex ou de livro. Todos utilizavam a escrita uncial, ou seja, eram escritos em letras maiúsculas, sem pontuação. Os mais antigos são nomeados atualmente por letras maiúsculas combinadas com números de série iniciados com zero (p.ex.: A-02). Os mais recentes têm somente os números (p.ex.: 046).

Entre os que estão no Museu Britânico, encontra-se o Codex Alexandrino, A-02. Esse uncial foi copiado no Egito, na primeira metade do século quinto e, quando completo, continha a Bíblia grega inteira juntamente com uma ou duas obras apócrifas. Hoje em dia contém praticamente o Antigo Testamento inteiro e a maior parte do Novo (há a omissão de Mateus 1.1-25.6; de João 6.50-8.52; de II Coríntios 4.13-12.7). O patriarca de Alexandria presenteou Carlos I, em 1627, com esse manuscrito.

Outro manuscrito que data do século V é o Codex Beza, D-05. Em 1581, Theodore Beza, sucessor de João Calvino, ofertou esse manuscrito à Universidade de Cambridge, onde ele permanece até hoje. Esse codex tem ambos os textos, grego e latino (as páginas da esquerda para o primeiro e, as da direita, para o segundo), e contém a maior parte dos Evangelhos e do livro de Atos, bem como alguns versos de III João.

Os mais famosos dos unciais são o Codex Sinaitico, Aleph-01 (Aleph é a primeira letra do alfabeto hebraico) e o Codex Vaticano, B-03.

O Codex Sinaitico, datado de meados – ou mesmo do fim – do século IV, contém uma parte somente do Antigo Testamento e o Novo Testamento grego inteiro. É o único manuscrito uncial completo do Novo Testamento ainda existente. Esse codex egípcio foi escrito em velino, em páginas com quatro colunas de quarenta e oito linhas cada, porém, há claras indicações de que o texto, propriamente dito, teve várias correções. No ano de 1844, Constantine Tischendorf descobriu algumas de suas folhas numa cesta de lixo na biblioteca do monastério de Santa Catarina, no Monte Sinai. Entretanto, Tischendorf precisou esperar até 1859 para conseguir o Novo Testamento inteiro. Após conseguir permissão, transferiu o codex para o Cairo, onde fez uma cópia. Em 1862, através da generosidade de Alexander II, Imperador da Rússia, Tischendorf publicou uma edição do manuscrito com Introdução e Notas Críticas.

O codex Vaticano pode também ser datado da metade do século quarto e, da mesma maneira que o Aleph, foi escrito em velino de qualidade, mas com três colunas em cada página, cada uma com quarenta e duas linhas. Outrora uma Bíblia grega completa, foram perdidas, há muito tempo, porções do Antigo Testamento e grandes seções do Novo Testamento. Estão faltando, nesse uncial, as epístolas pastorais, Filemom, a conclusão de Hebreus (9.14 até o fim) e o livro inteiro de Apocalipse. Muitos revisores trabalharam nesse manuscrito e, no século X, alguém copiou grande parte do original, temendo, ao que parece, que suas letras pudessem desaparecer. Peculiaridades na soletração sugerem um original alexandrino, mas ninguém sabe como ele entrou na biblioteca do Vaticano, em Roma. A biblioteca foi fundada em 1448, pelo Papa Nicolau V e esse manuscrito está listado no catálogo mais antigo, emitido em 1475. Samuel Tregelles tentou consultá-lo em 1845, mas foi impedido pelos seus curadores clericais. Em 1866, Tischendorf recebeu permissão de estudá-lo por quarenta e duas horas e, a partir de seus estudos e notas, uma edição desse manuscrito – o Codex B – foi produzida em 1867. A esta edição seguiu-se uma outra, publicada pelas autoridades papais e preparada por Vercellone e Cozza, em 1868. Finalmente, em 1889-90, um fac-símile fotográfico foi colocado à disposição dos estudiosos.

(3) *Minúsculos*. Há 2.812 exemplares desse tipo. São chamados minúsculos porque não são escritos com letras maiúsculas, mas com letras pequenas (chamadas minúsculas ou cursivas). Esse estilo de escrita foi usado durante séculos em documentos particulares, porém somente a partir do nono século, começou a ser utilizado com propósitos literários. Com o crescente aumento da procura por livros do Novo Testamento, esse tipo de escrita tem as vantagens de exigir menos tempo para sua execução e de ocupar menos espaço no pergaminho. Com o objetivo de identificação, são designados por números ordinários (1, 2, 3 e assim por diante).

Os minúsculos, portanto, foram escritos a partir do século IX; porém, sua data recente não significa, necessariamente, que eles sejam menos fiéis aos originais. Os manuscritos do século nono foram copiados de outros manuscritos, datados do terceiro século. Como o Prof. Warfield observou, certa vez: “Não é meramente o número de anos que está por trás de um manuscrito que mede sua distância dos autógrafos, mas o número de cópias”.¹⁹

Esses minúsculos incluem: **MS 1**: um codex do século XII, contendo o Novo Testamento inteiro, com exceção do livro de Apocalipse; **MS 4**: uma cópia dos quatro evangelhos, datada do

século XII; **MS 21**: datada do século X, também contém os evangelhos; **MS 43**: um trabalho do século XI, em dois volumes, o primeiro contendo os evangelhos e, o segundo, o livro de Atos e as epístolas; **MS 330**: do século XI, contendo os evangelhos, Atos e as epístolas; **MS 565**: uma cópia muito delicada dos evangelhos, datada do século nono, escrita em letras douradas sobre velino púrpura.

(4) *Leccionários*. Totalizando 2.281, esses textos datam já do sexto século, contendo os evangelhos e as epístolas (*Evangelitaria* e *Apostoli*) escolhidos para serem lidos nas igrejas cristãs primitivas. A maioria deles usa letras unciais, porém alguns são minúsculos. Uma vez mais, a designação utilizada é de números, porém, neste caso, antecidos por um "l" ou da abreviação "Lect" (por exemplo: l59 ou Lect.1280).

Esses manuscritos são importantes não somente por que alguns são bem antigos, mas, também, porque foram usados na leitura em cultos públicos da Igreja. *Foi tomado o maior cuidado com essas cópias da igreja, a fim de preservar sua pureza original; e o testemunho de um lecionário era, na verdade, o testemunho de todas as igrejas*. Os lecionários remanescentes que foram examinados concordam em escala surpreendente. A única explicação razoável, certamente, é que havia um *texto lecionário reconhecido*.

Classificação

Um grande número de manuscritos gregos está, portanto, à nossa disposição, escritos desde o segundo século. Os estudiosos que têm se dedicado a eles afirmam que, embora haja variações, certos manuscritos têm muitas versões em comum, sugerindo que havia grupos ou famílias. Os mais importantes texto-tipos são os seguintes: (i) o Bizantino (algumas vezes chamado de Texto Tradicional, Texto Maior ou Texto de Antioquia); (ii) o Alexandrino (ou o que alguns denominaram Texto Neutro); (iii) o Ocidental; e (iv) o de Cesaréia.

Para os propósitos deste artigo, os dois últimos tipos não requerem comentários detalhados. Foi B. H. Streeter, em seu livro *The Four Gospels* (1924), quem primeiro alegou ter encontrado o texto de Cesaréia. Ele acreditava que esse era o texto do evangelho de Marcos que Orígenes citou depois de 231 d.C., ano em que veio para Cesaréia. Os críticos literários da atualidade, entretanto, discordam quanto a se considerar esse texto como um texto-tipo distinto. Preferem considerá-lo como uma simples composição.

Quanto ao texto Ocidental, identificado por B. F. Westcott e F. J. A. Hort e considerado originário da Europa ocidental, havia *somente* evidência de sua existência. É representado pelo Codex Beza (século V), pelo Codex Claromontano (século VI) e por traduções latinas antigas e do siríaco curetoniano (terceiro e quarto séculos, respectivamente). Esse texto também é citado por alguns dos antigos Pais da Igreja, como Irineu, Tertuliano e Cipriano. Entretanto, esse texto-tipo é radicalmente diferente de todos os outros. É marcado por várias omissões, não somente de versículos, mas também de passagens inteiras. A tendência maior, entretanto, é fazer adições, tanto por meio de paráfrases como pela inserção de detalhes adicionais. As ocorrências são menores nos evangelhos (especialmente na última parte do evangelho de Lucas), porém, no livro de Atos há um número maior (o livro é, aproximadamente, 10% mais longo). Sir Frederic Kenyon descreveu-o como "um tipo de texto caracterizado por muitos desvios da tradição verdadeira". Uma escassez de apoio a esse manuscrito, juntamente com um número muito grande de versões diferentes, tornam esse texto-tipo, no melhor dos casos, questionável e, no pior deles, totalmente indigno de confiança.

Assim, ficamos com os dois maiores grupos de textos: o Bizantino e o Alexandrino.

A. O texto-tipo Bizantino

Esse texto recebeu seu nome por ter sido associado, com Constantinopla, a capital imperial, anteriormente chamada Bizâncio. Além disso, ele tornou-se o texto-modelo da Igreja Cristã durante o período bizantino (312-1453 d.C.) e mesmo depois deste. Antes de ser entronizado na capital oriental, entretanto, essa forma de texto foi preservada em Antioquia, capital da província romana da Síria. Os professores cristãos ligados à igreja ali usaram-no claramente. Entre esses incluem-se Basílio de Cesaréia, Gregório de Nissa. Gregório de Nazianzus (Pais da Capadócia), Teodoro de Ciro e Crisóstomo de Constantinopla (que mudou-se de Antioquia para se tornar bispo de Constantinopla, em 398 d.C.).

O texto-tipo bizantino teve o *esmagador apoio dos manuscritos gregos*. Nos primeiros papíros havia um impressionante número de versões distintivamente bizantinas. P45 e P46, dos

Papiros Chester Beatty, contêm tais versões, bem como P66 da coleção da Biblioteca Bodmer. O Professor H. A. Sturz conseguiu relacionar *150 versões bizantinas com apoio dos primeiros papiros*.²⁰ Isso mostra, de maneira plena, contrariamente aos pontos de vista dos críticos literários do passado, que as versões bizantinas podem ser traçadas desde o século II.

Entre os unciais, esse texto é encontrado, no século V, nos Códices Alexandrino (A-02; bizantino nos evangelhos), Ephraemi (C-01) e em praticamente todos os outros códices posteriores. Estima-se que aproximadamente 95% dos manuscritos unciais utilizaram o tipo de texto bizantino. Ainda mais pode ser reivindicado em favor do minúsculos, uma vez que quase todas as suas versões são bizantinas.

Os lecionários até agora examinados também apóiam o texto-tipo bizantino.

(1) Apoiado pelas antigas versões.

Essas versões eram as antigas traduções das escrituras do Novo Testamento, preparadas para auxiliar na expansão da fé cristã entre os povos do mundo. Entre as mais antigas estão a siríaca (ou aramaica) e as traduções latinas, que remetem à metade do segundo século. A Peshitta, a "Rainha das traduções", é uma das mais antigas traduções siríacas e certamente contém versões bizantinas. Isso também se aplica à versão gótica, do quarto século, que se diz Ter sido traduzida por Ufilas, bispo de Antioquia.

(2) Confirmado pelos antigos Pais.

Os críticos que negam a primazia do texto bizantino, preferindo vê-lo como uma revisão do século IV, geralmente aludem ao fato de que nenhum Pai da Igreja antes de Crisóstomo (347-407 d.C.) parece ter se referido a ele ou, sequer, tenha-no citado. Porém, isso não é verdade. Uma pesquisa cuidadosa mostrou que Justino Mártir (100-165 d.C.), Irineu (130-200 d.C.), Clemente de Alexandria (150-215 d.C.), Tertuliano (160-220 d.C.), Hipólito (170-236 d.C.) e mesmo Orígenes (185-254 d.C.) citaram repetidamente o texto bizantino. Edward Miller, depois de classificar as citações dos patriarcas gregos e latinos que morreram antes de 400 d.C., descobriu que tais citações apoiavam-se no texto bizantino 2.630 vezes (e, em outros textos, somente 1.753 vezes). Além disso, ao examinar trinta passagens importantes, encontrou 530 testemunhos do texto bizantino (e somente 170 em favor de seus oponentes). Esta foi sua conclusão: "A predominância original do Texto Tradicional é mostrada na lista dos antigos patriarcas. Seu registro prova que em seus escritos, e mesmo na Igreja em geral, a corrupção se fez sentir desde os tempos remotos, mas que as águas puras geralmente prevaleceram... A tradição também é mantida pela maioria dos patriarcas que os sucederam. Não há lapso ou intervalo: o testemunho é contínuo".²¹

O fato evidente é que, por volta do quarto século, o Texto Bizantino já havia emergido como o texto oficial do Novo Testamento e pelos próximos 2.000 anos (e mais) manteve controle incontestado sobre a cristandade inteira.

(3) O Novo Testamento grego impresso.

O Novo Testamento foi impresso pela primeira vez em 1514, embora não publicado numa edição separada até 1522. Obra de Francisco Ximenes, Cardeal Primaz da Espanha, era parte de seu Poliglota Complutensiano, em seis volumes. Na dedicatória ao Papa Leão X, Ximenes escreveu: "Estamos, na verdade, em débito com vossa Santidade pelas cópias gregas, por nos ter enviado, mui amavelmente da Biblioteca Apostólica, os códices muito antigos, ambos do Antigo e Novo Testamentos, que nos ajudaram muitíssimo neste empreendimento". O texto grego resultante parece ter sido do tipo bizantino (e não há evidência de que Ximenes tenha, alguma vez, seguido o Codex Vaticanus [B]).

Em 1516, quando Desidério Erasmo, o principal estudioso na Europa, publicou a primeira edição do Novo Testamento grego, baseou-se em manuscritos bizantinos característicos. Erasmo publicou outras quatro edições de seu trabalho, em 1519, em 1522, em 1527 e em 1535. Outros logo seguiram seus passos: o mais famoso deles foi Robert Estienne (latinizado como Estéfano), o editor e impressor francês, cujo texto publicado em 1546 era praticamente idêntico ao de Erasmo. Houve três edições subsequentes em 1549, 1550 e em 1551. Ainda outras edições foram produzidas e impressas por Theodore Beza entre 1565 e 1604. Então, em 1624, Bonaventure e Abraham Elzevir publicaram sua edição. O prefácio da segunda edição de Elzevir, publicada em 1633, contém as palavras: "Portanto, agora se tem um texto recebido por todos, no qual não há alteração ou corrupção". Por essa razão surgiu a conhecida denominação "O Texto Recebido".

O Texto Bizantino foi o *texto fundamental de todas as grandes Bíblias protestantes inglesas*, incluindo aquelas associadas aos nomes de William Tyndale (1525), Miles Coverdale (1535), John Rogers (1537) e Richard Taverner (1539), bem como as conhecidas como a Grande Bíblia (1539), a Bíblia de Genebra (1560), a Bíblia dos Bispos (1568) e, naturalmente, a Versão Autorizada (1611); e, ainda: a Reina, em espanhol; a Karoli, em húngaro; a Lutero, em alemão, a Olivetan, em francês; a Statenvertaling, em holandês; a Almeida, em português; e a Diodati, em italiano.

Resumindo, os argumentos em favor do texto bizantino são os seguintes:

1. Esse texto-tipo está *associado à cidade de Antioquia, na Síria*. Após a morte de Estevão, os cristãos de Jerusalém fugiram para Antioquia e começaram a pregar o evangelho aos gregos residentes ali (Atos 11.19-20). Uma igreja forte surgiu, principalmente através dos ministérios de Barnabé e Paulo (11.22-26), e foi dessa igreja que o apóstolo partiu para cada uma de suas viagens missionárias (Atos 13.1-3; 15.35-36; 18.22-23). Outros apóstolos visitaram a cidade, incluindo o apóstolo Pedro (Gálatas 2.11-12). Não demorou muito para que Antioquia se tornasse a cidade-mãe das igrejas gentílicas e, depois da queda de Jerusalém, em 70 d.C., transformou-se no incontestado centro do Cristianismo. Um texto procedente de Antioquia seria o texto aprovado pelos apóstolos nos primórdios da Igreja Cristã.
2. Como já observado anteriormente, esse texto recebeu seu nome de Constantinopla (Bizâncio), a capital do Império Oriental, e, em razão disso, logo se estabeleceu como o texto grego padrão. Constantinopla era o centro tanto do mundo como da Igreja de fala grega. Enquanto no Ocidente, o grego havia cedido lugar ao latim, no Oriente permanecia como idioma oficial e de uso comum. Isso significava, naturalmente, que *os estudiosos gregos em Constantinopla eram peculiarmente qualificados para reconhecer e reproduzir o texto autêntico*.
3. *Durante o quarto século, quando esse texto se tornou o principal, a Igreja foi abençoada com estudiosos excepcionais*, tais como Metódio (260-312 d.C.), Atanásio (196-373) Hilário de Poitiers (315-67), Cirilo de Jerusalém (315-386) e Gregório de Nazianzen (330-394). Esses homens – e outros como eles – envolveram-se na formulação da doutrina ortodoxa e na ratificação do canon do Novo Testamento. Eles também se devotaram a estudar o texto e tiveram uma vantagem sobre os críticos posteriores, uma vez que tinham acesso a muitos manuscritos antigos e preciosos, que há muito se perderam. A emergência de um texto predominante originário desse período é altamente significativa. Era, obviamente, considerado o texto genuíno, não corrompido e autorizado.
4. *Os judeus eram designados os guardiões das revelações divinas a eles concedidas e, no cumprimento da confiança sobre eles depositada, preservaram cuidadosamente o texto do Antigo Testamento, sem corrupção e de forma integral (o texto Massorético hebraico)*. Como observado pelo apóstolo Paulo, “porque, primeiramente, as palavras de Deus lhe foram confiadas” (Romanos 3.2). Agora, é razoável supor-se que *as escrituras do Novo Testamento fossem confiadas aos cristãos professos ou à professa Igreja Cristã*. A questão que naturalmente se levanta é: qual texto-tipo, falando no geral, teria sido reconhecido e propagado pela Igreja desde os primórdios? A resposta: o texto-tipo conhecido como bizantino.
5. *O fato é que aproximadamente 90% dos manuscritos gregos representa o texto-tipo bizantino*. Embora esses manuscritos não sejam tão antigos como alguns críticos quisessem, são tão numerosos que deve-se assumir que há, literalmente, centenas de documentos ancestrais, muitos dos quais pertenceram às primeiras eras cristãs. De alguma maneira esse fato tem que ser explicado, e não é satisfatório persistir-se na argumentação – contra a evidência de suporte – que o texto bizantino não aparece na história antes do quarto século. Este texto é anterior. Ele tornou-se difundido porque representa o original fielmente.

6. *Sempre se tem exercido cuidado providencial em relação à Verdade de Deus, pois os crentes precisam dessa Verdade de forma exata e correta* (Mateus 24.35; I Pedro 1.23, 25). Por essa razão, a Palavra dada através da inspiração tem sido a mesma que subsequentemente foi publicada (Salmo 68.11). É inconcebível que Deus tenha dado um texto totalmente corrompido e mutilado a Seu povo e, então, permita que o texto seja usado por mais de dezoito séculos. Porém, é exatamente isso que alguns críticos literários modernos querem nos fazer acreditar! "Deve-se lembrar", escreve o Dr. Owens, que a cópia vulgar que usamos (o Texto Autorizado) foi de propriedade pública por muitas gerações...; posto isto, passemos, então, para o modelo, que é reconhecidamente apropriado, e veremos rapidamente, se Deus quiser, quão pouca razão há para imitar tais variações de traduções, com o que também estamos abismados atualmente."²²
7. É razoável supor-se que *Deus agiu de maneira similar em relação aos textos tanto do Antigo como do Novo Testamentos*. O Seu método com o Antigo Testamento foi preservar o texto, de forma praticamente inalterada, através de várias gerações. O resultado – como Cristo e Seus apóstolos claramente ensinaram – foi um Livro no qual cada letra e cada parte de letra era sagrada (Mateus 5.18; comparar com João 10.35). Quando esta antiga revelação foi completada, Deus procedeu da mesma maneira: registrou infalivelmente Sua última Palavra, colocando-a em posseção de Sua Igreja e, então, *assegurou-Se de que ela seria passada através dos séculos sucessivos, até o tempo presente*. "A palavra do Senhor permanece para sempre" (I Pedro 1.25).

B. O texto-tipo Alexandrino

Este é um grupo bem pequeno de manuscritos. Peculiaridades na ortografia mostram que eles estão associados a Alexandria, no Egito e, não é surpreendente, versões desse tipo de texto foram encontradas entre os papiros egípcios antigos (por exemplo, P46, P47). Seus maiores representantes, entretanto, são o Codex Sináítico (ou Codex Aleph) e o Codex Vaticano (ou Codex B).

O apoio a esse texto-tipo vem dos Pais de Alexandria, mais notadamente de Orígenes (185-254 d.C.) e Cirilo (376-444).

Vários detalhes devem ser observados aqui:

1. Esse texto-tipo *origina-se de Alexandria, no Egito*. As Escrituras não indicam que jamais tenha havido uma presença apostólica nessas regiões, mas a História da Igreja revela que muitos heréticos famosos viveram e ensinaram ali, incluindo gnósticos como Basilides, Isidoro e Valentino. Qualquer coisa que venha desse lugar deve ser considerada com alguma suspeita.
2. Há *clara evidência de revisão* pela reorganização de palavras. B. H. Streeter sugeriu que o editor foi um bispo egípcio chamado Hesychius.²³ Isso significa que, embora tenham sido feitas grandes reivindicações, esse texto não pode ser considerado como especialmente "puro".
3. Os dois grandes representantes desse texto-tipo, os Codices Aleph (Sináítico) e B (Vaticano) são *excepcionalmente pobres em qualidade*. Quando examinado pelo Dr. F. H. A. Scrivener, o Codex Aleph foi declarado "grosseiramente escrito" e "repleto de dúzias de erros de transcrição" tais como "omitir linhas inteiras do original". O codex B, embora, "menos ruim", mostrou-se "passível de falhas", cometendo "erros do mais evidente caráter".²⁴
4. Esses manuscritos principais exibem suas adulterações ao *não concordarem entre si em, literalmente, centenas de lugares* (3.000 vezes, somente nos evangelhos).
5. O texto autenticado pelo Aleph (Sináítico) e pelo B (Vaticano) *está em discrepância com a esmagadora maioria dos manuscritos gregos*. Não somente está restrito a uma muito

pequena família de manuscritos, mas estima-se que há algo em torno de 6.000 diferenças entre os textos Alexandrino e Bizantino.

6. É verdade que há expressiva perda de texto no Codex B (Vaticano), porém, considerando-se sua idade (metade ou fim do século IV), esses dois unciais estão em notáveis boas condições. Uma vez que os mais exatos manuscritos dessa época pereceram em razão do uso, deve-se supor que esses foram *rejeitados como defeituosos* e, portanto, *não foram usados pela Igreja*.
7. Apoiando essa conclusão está o fato de que *somente umas poucas cópias foram feitas a partir deles*. Como afirma o Dr. Gordon Clark: "Se um grupo ou dois manuscritos têm um único ancestral, implica que um grupo ou dois copistas criam que aquele ancestral era fiel aos autógrafos. Porém, se um manuscrito não tem uma descendência numerosa, como no caso do ancestral do Codex B, pode-se suspeitar que os antigos escribas duvidaram de seu valor. Possivelmente os antigos cristãos ortodoxos sabiam que o Codex B está corrompido."²⁵

Críticos atacam o texto Bizantino

No último século, dois estudiosos de Cambridge, B. F. Westcott e F. J. A. Hort, elaboraram *uma nova teoria radical* sobre a primeira transmissão do texto do Novo Testamento. Defendiam que o melhor texto era, realmente, o Alexandrino (o qual denominaram o "Texto Neutro"), representado pelo Aleph e pelo B. Uma vez que esses dois manuscritos eram ligeiramente mais antigos que outros, alegavam que seu ancestral comum estava mais próximo do original inspirado. Embora não se pudesse atribuir ao texto uma pureza absoluta, Westcott e Hort estavam prontos a afirmar: "Cremos (1) que as versões de Aleph B devem ser aceitas como versões verdadeiras até que fortes evidências internas contrárias sejam encontradas; e (2) que nenhuma versão de Aleph B pode, de maneira plena, ser seguramente rejeitada, embora seja às vezes indicado reconhecê-las somente como uma base alternativa, especialmente quando não têm apoio das Versões dos Patriarcas".²⁶

O texto Bizantino (chamado de "Texto Sírio") continha, como eles pensavam, "versões combinantes", ou seja, combinações de versões mais antigas; eles acreditavam que essas versões haviam sido originadas de uma revisão feita em dois estágios, produzida em Antioquia (ou perto de Antioquia), no quarto século. Admitindo-se que isso era apenas "suposição", continuaram com a idéia de que "a crescente diferença e confusão dos textos gregos conduziram a uma revisão oficial em Antioquia" e, mais tarde, a "uma segunda revisão oficial". O processo inteiro, segundo eles, foi completado por volta de 350 d.C. Eles ainda lançaram a idéia de que Luciano de Antioquia (martirizado em 312) devia estar envolvido na primeira revisão.

Essa teoria é seriamente falha. Embora críticos e traduções ainda se refiram "aos mais antigos e melhores manuscritos", a frase é no todo enganosa porque, nesta discussão particular, os "mais velhos" são, na verdade, "os piores". Quanto a "versões combinantes" no texto Bizantino, jamais houve nenhuma evidência convincente que apóie essa idéia (mesmo após vinte e oito anos de estudo, Westcott e Hort só puderam apontar oito exemplos). De qualquer forma, versões tardias não provam uma interferência posterior no texto. O Professor Sturz que somente algumas dessas traduções são apoiadas pelos papiros mais antigos (as traduções mais antigas de João 10.19 e 10.31, por exemplo, são apoiadas pelo P66).²⁷ Isto nos leva a concluir que o engano repousa sobre o texto Alexandrino. Ele ainda acusa o texto Bizantino de ser reduzido. O que dizer sobre a tão falada "Revisão Luciânica"? Não há evidência de que ela tenha acontecido.

Westcott e Hort começaram a tarefa de preparar um texto grego revisado. Por coincidência, eles também faziam parte do comitê, escolhido pela Assembléia de Canterbury, em 1880, designado para preparar uma edição revisada da Bíblia em inglês. Embora o texto grego desses dois estudiosos ainda não houvesse sido publicado, uma cópia foi colocada à disposição dos revisores. Então, quando, em 1881, surgiu o Novo Testamento da Versão Revisada, ficou imediatamente evidente que o texto grego de Westcott e Hort havia não somente influenciado grandemente o comitê mas, também, que ele tinha sido largamente empregado na Versão Revisada do Novo Testamento em inglês.

Este texto Hort/Westcott foi o precursor do que hoje se conhece como texto Nestle/Aland (United Bible Societies), que tem usurpado o lugar do texto Bizantino ou Tradicional e, subseqüentemente, tornou-se a base de praticamente todas as traduções modernas. A Nova Versão Internacional, por exemplo, embora afirme em seu prefácio seguir um texto grego 'ecclético' (ou seja, uma compilação de uma variedade de manuscritos), continua, imediatamente, a informar o leitor que "onde houve divergência de manuscritos, os tradutores escolheram as versões de acordo com os princípios da crítica textual do Novo Testamento". A adoção de 'princípios' fundamentalmente falhos indica que o texto resultante é muito parecido com o produzido em 1881, por Westcott e Hort .

A versão Almeida Corrigida Fiel

Durante os períodos da Reforma e dos Puritanos, apareceu uma quantidade de versões protestantes, todas baseadas nos mesmos textos autênticos e traduzidos de acordo com os mesmos princípios incontestáveis.

A BÍBLIA SAGRADA, em Português, é resultado de mais de 350 anos de esforços dedicados, desde quando João Ferreira de Almeida começou o seu trabalho de tradução.

Jovem inteligente, Almeida nasceu em Torre de Tavares, Portugal, no ano de 1628. Aos catorze anos ele já estava na cidade de Batávia (hoje Jacarta, capital da Indonésia). Um dia recebeu um folheto escrito na língua espanhola que o levou ao encontro pessoal com Deus, como "Nicodemos—Saulo de Tarso". Logo começou a pregar nas Igrejas Reformadas Holandesas (a maior parte do povo, a quem ele ministrava, falava português, pois só fazia um ano que Portugal havia perdido o controle da região).

No ano de 1644, com a idade de 16 anos, Almeida iniciou a sua primeira tradução do Novo Testamento, usando versões em latim, espanhol, francês e italiano. Não contente com essa tradução, anos mais tarde, ele fez uma segunda, desta vez baseada no texto grego, o Textus Receptus (o mesmo usado pelos reformadores). Num folheto chamado Cartas para a Igreja Reformada, em 1679, ele escreveu o seguinte, na conclusão daquela obra, que só foi publicada em Amsterdã, no ano de 1681:

"O Novo Testamento, isto é, todos os sacrossantos livros e escritos evangélicos e apostólicos do Novo Concerto do nosso fiel Senhor, Salvador e Redentor Jesus Cristo, agora traduzidos em português por João Ferreira d'Almeida, pregador do santo Evangelho".

Almeida chegou a traduzir o Velho Testamento, de Gênesis até Ezequiel 48:31, usando o texto Massorético (hebraico). Não pôde terminar os últimos versículos do livro de Ezequiel, porque o Senhor Deus o levou à Sua presença em 1691, com 63 anos de idade. O volume I do Velho Testamento, contendo os livros de Gênesis a Ester, foi impresso no ano de 1748. O holandês Jacobus op den Akker completou a obra da tradução do Velho Testamento e, em 1753, o volume II foi publicado.

A primeira revisão da Bíblia em português, feita pela Trinitarian Bible Society (TBS—Sociedade Bíblica Trinitariana), foi iniciada no dia 16 de maio de 1837. O Rev. Thomas Boys, do Trinity College, Cambridge, foi encarregado de liderar o projeto. A revisão do Novo Testamento foi completada em 1839. A revisão completa do Velho Testamento só terminou em 1844. O último volume foi impresso em Londres, no ano de 1847. Aquela primeira edição, chamada Revista e Reformada, sofreu revisões ortográficas posteriores, feitas tanto pelo Rev. Boys como por outros, tornando-se, inclusive, uma parte da edição chamada Correcta. Segundo os dados históricos, a edição Revista e Reformada também fez parte do leque das várias revisões que foram usadas para chegar à versão conhecida como a Corrigida. Restou do frontispício da primeira impressão da tradução de Almeida pela TBS uma expressão, "Segundo o original", ou, em outras palavras, "Fiel aos textos originais".

No ano de 1968, em São Paulo, foi fundada a Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, com o objetivo de revisar, com as devidas correções ortográficas, e publicar a Bíblia de João Ferreira de Almeida, como mais um instrumento nas mãos de Deus para a preservação da Sua Palavra.

A Bíblia na Edição Corrigida e Revisada, foi preparada por pessoas com a mesma convicção do tradutor, João Ferreira de Almeida, de que as palavras das Sagradas Escrituras, originariamente escritas em hebraico, em aramaico e em grego, foram inspiradas por Deus; e, uma vez que Deus preserva a Sua Palavra, as Sagradas Escrituras falam com nova autoridade a cada geração, levando as pessoas à salvação, fazendo com que sirvam a Cristo para a glória de Deus.

Há séculos, a tradução de Almeida tem sido a preferida da grande maioria dos leitores da Bíblia em língua portuguesa. Indiscutivelmente, continua sendo. Almeida seguiu o sistema de tradução chamado "equivalência formal", assim como fizeram os grandes reformadores; ou seja, tentou traduzir cada palavra, usando o mínimo de palavras de transição, necessárias para garantir a fluência da leitura em português.

É possível dizer que João Ferreira de Almeida é o tradutor mais amado e respeitado; pode-se dizer também que a versão mais respeitada e procurada é a Corrigida. Embora os editores, que publicam as edições denominadas Corrigida, tenham variado na liberdade de modificar ou até de tirar uma palavra ou outra, mesmo assim, todas elas são praticamente idênticas.

Como Almeida, os editores deste texto, a Edição Corrigida e Revisada, Fiel ao Texto Original, também conhecido por Almeida, Corrigida, Fiel (ACF), todos crêem que as palavras da Bíblia foram inspiradas por Deus.

"Toda a Escritura é divinamente inspirada..." (II Tm 3:16).

Por essa razão, os editores do texto bíblico gastaram anos, com dezenas de revisores, na produção do texto, objetivando modificar o mínimo possível, conquanto corrigissem a ortografia e tirassem qualquer influência do Texto Crítico do Novo Testamento que fora introduzida indevidamente ao trabalho de Almeida.

Malcolm Watts, membro do Comitê Geral da Trinitarian Bible Society, nasceu em 1946, em Barnstaple, North Devon, Inglaterra. Criado num lar cristão, converteu-se pela graça em sua adolescência e, mais tarde, foi chamado para o ministério. Estudou no Londo Bible College entre 1967 e 1970 e, desde 1971, é pastor da Emmanuel Church, em Salisbury. Ele e Gillian casaram-se em 1976 e têm duas filhas: Lydia e Naomi.

Notas

¹ BANNERMAN, James – *Inspiration: the Infallible Truth and Divine Authority of the Holy Scriptures* (Edimburgo: T&T Clark, 1865), p. 158.

² GAUSSEN, Louis – *Divine Inspiration of the Bible* (Grand Rapids: Kregel Publications, 1971. Publicado em Edimburgo em 1842 sob o título *Theopneustia: The Bible, its Divine Origin and Entire Inspiration, Deduced from Internal Evidence and the Testimonies of Nature, History, and Science*), p. 34.

³ Este era o ponto de vista dos comentaristas mais antigos, como Piscator, Poole, Clarke, Gill e outros. Mais recentemente, foi mantido pelo Dr. Greg L. Bahnsen, em *The Inerrancy of the Autographa*, um capítulo incluído no simpósio intitulado *Inerrancy*, editado pelo Dr. Norman L. Geisler (Grand Rapids: Zondervan Publishing House, 1980), p. 167.

⁴ GREEN, William Henry – *General Introduction to the Old Testament: The Canon* (Londres: John Murray, 1899), p. 11.

⁵ Mais informações sobre a condição do texto nesse período podem ser encontradas em “*The Transmission of the Scriptures*”, de John H. Skilton, em “*The Infallible Word: a Symposium by the Members of the Faculty of Westminster Theological Seminary*”, terceira revisão impressa (Filadélfia: Presbyterian and Reformed Publishing Company, 1967), pp. 153 e seguintes. Ver, também, “*Na Introduction to the Critical Study and Knowledge of the Holy Scriptures*”, de Thomas Hartwell Horne, sétima edição (Londres: T. Cadell, 1834), 2:34.

⁶ NICOLE, Roger – *New Testament Use of the Old Testament* – in *Revelation and the Bible*, Carl F.H. Henry, ed. (Londres: The Tyndale Press, 1959), pp. 142-43. Ver, também, os comentários de Walter C. Kaise Jr., *The Uses of the Old Testament in the New* (Chicago: Moody Press, 1985), pp. 4 e seguintes.

⁷ Skilton, p. 143.

⁸ Tertuliano – *The Ante-Nicene Fathers, Tertullian* – in *On Prescription against Heretics* – capítulo 36 (Grand Rapids: William Eerdmans Publishing Company, 1979), 3:260.

⁹ O Dr. A.Cleveland, que editou as obras de Tertuliano a partir da edição original de Edimburgo, admite, numa nota de rodapé, que a “frase muito discutida” (‘seus próprios escritos autênticos’) pode se referir aos autógrafos ou aos originais gregos”. Entretanto, ele crê que “provavelmente” a referência é às “cópias íntegras” (não mutiladas). Edward Miller (que editou várias das obras do Reitor Burgon), parece crer que Tertuliano estava se referindo aos manuscritos originais. Ele escreveu: “Tertuliano, numa discussão com os hereges, convida-os a consultarem os autógrafos dos Apóstolos em Corinto, ou em Tessalônica, ou em Éfeso, ou em Roma, onde eles estavam guardados e eram lidos em público” (*A Guide to the Textual Criticism of the New Testament* [Londres: George Bell and Sons], p. 72).

¹⁰ Policarpo – *The Ante-Nicene Fathers, Polycarp* – in *The Epistle of Polycarp to the Philippians* – capítulo 12, 1:35.

¹¹ LILLEY, J. P. – *The Pastoral Epistles* – Edimburgo: T. & Clark, 1901), p. 216.

¹² GREGORY, Caspar Rene – *Canon and Text of the New Testament* (Edimburgo: T & Clark, 1907), p. 309. O Dr. Gregory observa: “Ninguém imaginaria... que somente aquelas cartas e não o livro inteiro do Apocalipse deveria ser enviado às igrejas, pois que o versículo (Apocalipse 1.11) diz que João deveria escrever num livro o que visse, ou seja, as visões que ele teria, e que o enviasse às igrejas” (p. 310).

¹³ *The Ecclesiastical History and Martyrs of Palestine*, Eusebius – *Ecclesiastical History* – volume 3 – capítulo 37. (Londres: Society for Promoting Christian Knowledge, 1928).

¹⁴ *Ibid.*, Volume 4, capítulo 23.

¹⁵ *Ibid.*, volume 5, capítulo 28.

¹⁶ Tertuliano, capítulo 38, 3:262.

¹⁷ Irineu – *The Ante-Nicene Fathers, Irenaeus in Irenaeus against Heresies*, volume 5, capítulo 30, secç. 1, 1:558.

- ¹⁸ ALAND, Kurt e Barbara – *The Text of the New Testament: na Introduction to the Critical Editions and to the Theory and Practice of Modern Textual Criticism* – 2ª edição, 1989. Citado por Bruce M. Metzger em *The Text of the New Testament: Its Transmission, Corruption, and Restoration*, 3ª edição ampliada (Oxford: Oxford University Press, 1992), p. 262.
- ¹⁹ WARFIELD, Genjamin B. – *An Introduction to the Textual Criticism of the New Testament* (Londres: Hodder and Stoughton, 1886), pp. 110, 111.
- ²⁰ STURZ, Harry A. – *The Byzantine Text-Type and New Testament Textual Criticism* (Nashville, TN: Thomas Nelson Publishers, 1984), pp. 61 e seguintes, 144 e seguintes.
- ²¹ MILLER, Edward in "The Antiquity of the Traditional Text", in BURGON, John William – *The Traditional Text of the Holy Gospels Vindicated and Established* (Londres: George Bell and Sons, 1896), p. 121.
- ²² OWEN, John – "Of the Integrity and Purity of the Hebrew and Greek Text of the Scripture", in *The Works of John Owen* (Londres: The Banner of Truth Trust, 1968), 16:366.
- ²³ STREETER, B.H. – *The Four Gospels: A Study of Origins*, reviado a partir da edição de 1924 (Londres: Macmillan & Co. Ltd, 1956), pp. 112 e seguintes, 121 e seguintes.
- ²⁴ SCRIVENER, F. H. A. – *Six Lectures on the Text of the New Testament and the Ancient Manuscripts* (Cambridge: Deighton, Bell, and Co., 1875), pp. 41, 43.
- ²⁵ CLARK, Gordon H. – *Logical Criticisms of Textual Criticism* (Jefferson Maryland: The Trinity Foundation, 1986), p. 15.
- ²⁶ WESTCOTT, B.F. e HORT, F. J. A. – *Introduction to the New Testament in the Original Greek* (Massachusetts: Hendrickson Publishers, 1988. Originalmente publicado por Harper and Brothers, Nova York, 1882), p. 225.
- ²⁷ Sturz, p. 84.